

## **043ª SESSÃO ORDINÁRIA – 16MAI2012**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Apegoo Memorando de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, que, na condição de integrante do Grupo de Trabalho sobre a Cidade Baixa, requer a representação da Casa em reunião do referido Grupo de Trabalho, a ocorrer no dia de hoje, às 15h, na Secretaria de Segurança Pública do Estado, com a participação do Secretário Airton Michels.

A Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. MARIA CELESTE:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, subo a esta tribuna em tempo de oposição desta Casa para trazer um tema extremamente complexo e sério que diz respeito à regularização fundiária no Município de Porto Alegre. Nós temos seguramente, Ver. Comassetto, Presidente da Frente Parlamentar pela Reforma Urbana, mais de 700 vilas irregulares.

Ontem à tarde, depois de várias mediações feitas aqui na Câmara Municipal por diversos Vereadores e diversas Comissões, a nossa Comissão – CEDECONDH – e a Frente Parlamentar pela Reforma Urbana visitaram a Vila Santo André, na Região Humaitá.

O Ver. Comassetto e as demais assessorias que estavam conosco e também, pelo Governo, o nosso sempre Vereador desta Casa Luciano Marcantônio, pudemos presenciar quão completamente as comunidades – especialmente as que estão à espera de uma possibilidade de um reassentamento – estão abandonadas pelo Poder Público local.

Ver. Tessaro, que também nos acompanhou pela Comissão e que tem discutido este tema, nós ontem ficamos extremamente chocados com a ausência total de ações da Prefeitura para, pelo menos, remediar o sofrimento daquelas 200 famílias, quase 1.000 pessoas que vivem ali na Vila Santo André.

No ano passado, esta Casa esteve lá com a Presidente Sofia Cavedon e o Ver. Todeschini; todos nós já nos envolvemos na questão da Santo André. Várias ações foram combinadas: com o DMLU, DMAE e com o próprio DEP. Ontem, nós fomos lá novamente, e nada do que havia sido combinado, Ver. Tarciso, foi realizado. Absolutamente nada!

Lá há um problema sério, relativo à CEEE, do qual estamos tratando diuturnamente, Ver. Dib, mas, por conta da ausência do Poder Público, está completamente impossibilitada a liberação da área para, pelo menos – pelo menos –, colocar uma rede provisória de energia para minimizar o sofrimento daquelas mulheres, Ver. DJ, especialmente daquelas crianças e dos idosos que ali vivem.

Nós passamos por cima de um lixão a céu aberto, e havia um cheiro insuportável da matéria orgânica de pura carniça no meio daquela vila. É inconcebível presenciarmos aquela cena de crianças brincando naquele lixão, porque ali é a sobrevivência de seus pais e porque ali é o único espaço em que se pode efetivamente brincar naquela comunidade. Lamentamos profundamente o descaso, a ausência e a falta de vontade política do gestor público no sentido de trazer uma resolução para aquelas famílias.

Nós sabemos que haverá o reassentamento, mas não sabemos quando, portanto, precisamos agir agora, antes que uma criança morra por tomar uma água contaminada, porque sequer a limpeza das caixas-d'água, prometida no ano passado, Ver. DJ Cassiá, o DMAE foi realizar.

Nós vamos estar na Comissão de Direitos Humanos na próxima semana, chamando uma reunião com a Prefeitura e cobrando rotineiramente, porque uma ação precisa ser feita em um prazo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, subo a esta tribuna hoje para fazer um agradecimento à SMOV e

à EPTC por terem colocado toda a sinalização na Rua Wolfran Metzler, no bairro Rubem Berta, favorecendo, dessa maneira, uma maior segurança, principalmente para as nossas crianças e para os nossos idosos. Essa sinalização foi feita após estudos minuciosos na EPTC, complementados pela SMOV.

Eu quero agradecer ao Pitol, ao nosso Diretor Cappellari, ao Pires e a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que a gente pudesse dar maior segurança para todos.

O que foi feito lá? Em frente à Creche Negrinho do Pastoreio, composta por mais de 120 crianças que todos os dias a frequentam, na altura do nº 229, está sendo feito um canteiro e está sendo levada em consideração a mobilidade, principalmente a dos nossos cadeirantes. Junto à escola Grande Oriente, foram construídos dois quebra-molas, os quais também favorecem mais de 1.200 crianças só do colégio Grande Oriente, mais a creche Madre Teresa de Calcutá, mais o Sase Raio de Sol, mais o Sase da Associação de Moradores, mais a Associação de Moradores e quem frequenta a Unidade de Saúde. Foram feitos os quebra-molas, dando maior segurança a uma rua que tem mais de seis linhas de ônibus.

Então, quero aqui, de público, agradecer por esse empenho, por terem feito isso lá; quero agradecer mais uma vez à EPTC, ao Cappellari, porque a vontade fez com que isso acontecesse. Quero reconhecer o trabalho dos profissionais que estão lá, agradecer também pelo asfaltamento do núcleo 34, que está sendo feito. É uma demanda resgatada do Orçamento Participativo; houve participação do Conselho do Orçamento, do Orçamento Participativo, do Secretário Cezar Busatto, que está recuperando mais de 200 metros de asfalto, que ficou por fazer pela empresa contratada em 2002. Isso está sendo recuperado agora, está sendo feito; até o final da semana que vem, teremos todo o asfalto da Rua Madre Teresa de Calcutá.

Aqui fica o meu reconhecimento, o meu agradecimento e também os parabéns à comunidade, que muito lutou no Orçamento pelo atendimento a essas demandas.

Quero, mais uma vez, dizer obrigado ao Pitol, ao Fornari, obrigado a todos que, de uma maneira ou outra, contribuíram. Parabéns aos moradores, porque mais uma obra do caderno do OP foi resgatada e consolidada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Toni Proença está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TONI PROENÇA:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, venho, nesta Comunicação de Líder do Partido Pátria Livre, trazer um tema que atinge toda a Cidade, Ver. Valter Nagelstein, um tema que é uma preocupação, tenho certeza, de todos nós, que é a regularização fundiária, a reurbanização de muitas vilas irregulares em Porto Alegre, vilas e loteamentos por toda a Cidade.

Não há uma região da Cidade – inclusive o Centro, a região central – onde não tenhamos vilas irregulares, loteamentos irregulares, assentamentos inadequados, onde as pessoas vivem com nenhuma ou pouca dignidade, Ver. Adeli Sell e Ver. DJ Cássia, que me ouvem aqui, e Ver. Paulinho Rubem Berta, que conhece bem a periferia da Cidade.

Nesses loteamentos e nessas vilas irregulares, as pessoas carecem de fornecimento regular de água, carecem de saneamento, de fornecimento regular de energia elétrica, Ver. Comassetto, o senhor que milita nesse tema, assim como o Ver. Dr. Thiago, que é um militante dessa área.

O que eu proponho é que façamos um grande pacto na Cidade para enfrentar este tema. Há recurso do Governo Federal, a Prefeitura tem se esforçado para obter recursos para enfrentar este problema na Cidade, pois são mais de 600 vilas irregulares, portanto, pode-se dizer que quase 1/5 da população de Porto Alegre habita em condições indignas e em condições desfavoráveis.

É preciso que uma Cidade como Porto Alegre, que vem se desenvolvendo, Ver. Kevin Krieger – que é um conhecedor dessa área, e que, como Presidente da FASC, foi obrigado, do ponto de vista social, a atender essas famílias –, enfrente isso. E eu queria propor que a Câmara liderasse um grande movimento de todos os Partidos, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, de todas as Bancadas, e

que liderasse esse movimento para que todos os candidatos a Prefeito e Prefeita de Porto Alegre assumissem o compromisso de enfrentar este problema.

É preciso sensibilizar a CEEE e o Governo do Estado, o Governo Federal, o Governo Municipal em todas as suas Secretarias e Departamentos, a sociedade civil, as empresas, para que enfrentemos este tema e estabeleçamos uma meta de dez, quinze anos, para regularizar definitivamente todas as vilas e loteamentos de Porto Alegre, do ponto de vista da infraestrutura, do saneamento e das condições dignas de moradia para essa população que atinge hoje – tenho certeza – 1/5 da população da cidade de Porto Alegre.

Não é possível que não enfrentemos este problema. E acho que a Câmara de Vereadores, Ver. Elói Guimarães, devia propor um pacto à Cidade, unindo todas as energias e todas as forças para que pudéssemos enfrentar este tema a partir de 2013, seja quem for o eleito ou a eleita, seja qual for a constituição da Câmara de Porto Alegre.

A partir de 2013, que a Cidade tenha um pacto e que se enfrente este problema com o intuito de regularizar essas vilas, trazer regularização urbana e fundiária, trazer fornecimento regular de água e de energia elétrica, fazer essa população ter acesso ao saneamento básico e à coleta regular de lixo.

Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, sei que, ontem, na visita da CEDECONDH à Vila Santo André, aqui na entrada da Cidade, a senhora ficou perplexa e horrorizada com o que viu. Pois muito bem, assim como lá, vários outros focos de miséria estão instalados em Porto Alegre, e é preciso que se enfrente isso com coragem, e mais do que tudo, com a unidade de todas as forças políticas, empresariais e sociais desta Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. NELCIR TESSARO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadoras e Vereadores, também quero aqui, na mesma linha dos que me

antecederam, manifestar-me sobre o nosso problema da favelização de Porto Alegre, do cinturão de Porto Alegre.

A Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste falou com propriedade sobre a Vila Santo André, que, na realidade, emergencialmente, necessita da CEEE para fornecer energia elétrica, mas de uma maneira apenas paliativa, porque não há condições de permanecer naquele local onde está, no leito viário da nossa *freeway*. Também nesse local, nos próximos anos, acredito que já em 2013, será construído o trevo de acesso à Arena do Grêmio, ao bairro Humaitá, uma entrada para quem vem de Canoas ou do Litoral possa ingressar naquela parte da Cidade. É um projeto já existente, de quatro anos, quando foram retiradas as famílias do leito da Rua Voluntários da Pátria; tivemos a oportunidade de conhecer. Então, nós temos que envolver, sim, a Concepa, a OAS e o Município.

Também quero lembrar a todos os Vereadores, Ver. Brasinha, que, no final de 2007, quando foram aprovados os índices para a edificação do Estádio Olímpico, ficou também acertada a contrapartida do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense para a retirada das famílias da Vila Santo André. Foi assinado um termo; lembro muito bem que, tanto no entorno do Inter como no do Grêmio, ficou o compromisso de serem retiradas as famílias. Então, temos que dar dignidade a essas famílias e promover logo a sua retirada.

Quando falo na Santo André, Ver. Tarciso, que tem caminhado por todas as vilas de Porto Alegre – caminhou na Estrada Retiro da Ponta Grossa, enfim... E nós temos a nossa Vila Vitória da Conquista, a Vila Amazônia. Está gravada no OP a desapropriação de uma área para a Vila Amazônia com Decreto de Utilidade Pública já há cinco anos; há cinco anos, 700 famílias aguardam... Ali é o contrário, ali a CEEE já colocou energia própria, gastou R\$ 233 mil e colocou energia limpa para todos os moradores. O problema, Ver. Kevin, é que, quando existem os “gatos”, tanto de água quanto de luz... Gato de água prejudica porque contamina todas as demais comunidades com a água que ali... Os canos ficam furados. Agora, o “gato”, em energia elétrica, é um problema muito sério porque, no entorno, as famílias que estão regulares com a sua energia, as empresas, pelo uso de tantos e tantos fios no mesmo poste, ficam com queda de energia, e essa queda prejudica toda a comunidade, prejudica os próprios moradores daquela favela – estou chamando assim

porque Porto Alegre está, lamentavelmente, favelada. E aquelas famílias do entorno queimam os seus aparelhos.

Acho que o Ver. Toni Proença disse muito bem: tem que haver um plano para Porto Alegre. Mas existe um plano para Porto Alegre: o Plano Municipal de Habitação, que começou lá no Departamento Municipal de Habitação em 2007. E nós deveríamos fazer com que o Projeto de minha autoria, que seria o de habitações por regiões do OP... Nós deveríamos estar regionalizando a construção de habitações sociais e retirar as vilas que existem em Porto Alegre. Nós temos que promover habitações em substituições: retira-se uma quadra de uma vila e ali se constrói outra, para dar dignidade àquelas famílias. Assim vamos eliminar a pobreza, vamos dar dignidade a essas famílias e fazer com que a nossa Porto Alegre seja um cartão-postal de visita, quando se entra pela BR-290, quando se entra pelo Aeroporto Salgado Filho, quando se vem pela BR-116, pela Ilhas ou por todas as cidades da Região Metropolitana, porque o entorno de Porto Alegre está sendo favelado, e o Extremo Sul da Cidade está se expandindo.

Com toda a certeza, se continuarmos dessa maneira, Itapuã, que é a praia mais linda e limpa de Porto Alegre, dentro dos próximos anos, estará poluída também.

(Não revisado pelo orador.).

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, ontem pela manhã, nós realizamos uma boa reunião aqui entre a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa – acompanhados por membros da CUTHAB, por Vereadores pertencentes a outras Comissões, como é o caso do Ver. Nelcir Tessaro – e o Ministério Público de Contas, o Ministério Público Estadual e os taxistas, representados pelas suas diversas entidades, pelos seus três sindicatos. Conseguimos ter um diálogo, que, acredito, Ver. João Dib, tenha sido proveitoso, com relação aos problemas vividos pelos taxistas na nossa Cidade.

O Ministério Público, pela primeira vez, fez uma afirmação peremptória de que não iria, de forma nenhuma, cassar as permissões dos taxistas. Também afirmou, Ver. Adeli Sell, que iria fazer com que houvesse uma tratativa, juntamente com a EPTC, que também estava presente, no sentido de que – o Ver. Brasinha também estava conosco – as regras a serem criadas e votadas por esta Casa para que o serviço de permissão, de concessão de licenças de táxi possa seguir sem prejudicar ninguém, que sejam regras aceitas pela categoria e, é claro, em consonância com aquilo que diz a Constituição de 1988.

Ao mesmo tempo, conseguimos uma nova afirmação por parte do Ministério Público: os 20 óbitos que houve durante o período de negociação para que se cumprisse a Constituição de 1988, esses permissionários ou concessionários do serviço público vão receber um tratamento especial e vai haver a possibilidade de um entendimento antecipado com relação a eles. Por isso, Sr. Presidente-Vereador Mauro Zacher, entreguei a V. Exa. este Requerimento – e peço que ele possa ser votado no dia de hoje –, que solicita, Ver. Paulinho Rubem Berta, que estava aqui como Presidente da CUTHAB, a formação de uma comissão especial interpartidária que possa acompanhar *pari passu* tudo aquilo que está acontecendo com relação a essas tratativas envolvendo a EPTC e o Ministério Público, para que as permissões possam ser regulamentadas de forma a não trazer nenhum tipo de prejuízo para os seus permissionários; e, também, para que as novas permissões ou as novas concessões, já que os dois institutos estão praticamente equiparados, possam obedecer àquilo que diz a Constituição Federal sem causar prejuízos para os permissionários atuais.

Então, Ver. Mauro Zacher, é exatamente isso que eu peço a V. Exa.: quando nós abrimos, hoje, a Ordem do Dia, que a gente possa colocar em votação esse Requerimento que encaminho a V. Exa. para que uma comissão possa ser formada aqui nesta Casa, a fim de que possa ter a oportunidade de acompanhar os trabalhos feitos nas negociações que estão sendo realizadas já há algum tempo e que têm por objetivo não favorecer os taxistas, mas não deixar que eles sejam prejudicados de uma forma da qual talvez todos nós venhamos a nos lamentar no futuro, meu querido amigo Pedro Ruas, que



também, tenho certeza absoluta, apoia a causa dos taxistas com relação a não quererem ser prejudicados pela legislação, podendo V. Exa. também participar dessa comissão. Era isso.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Beto Moesch está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BETO MOESCH:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós não conseguimos fazer o registro na segunda-feira, e o faço agora em tempo de Liderança do Partido Progressista. Todos sabem que nós precisamos fazer não só o registro, mas também alguns comentários sobre os dez anos do falecimento de José Lutzenberger – eu estive no enterro em Pantano Grande –, completados nessa segunda-feira.

Conversando agora, antes do pronunciamento, sobre este assunto com o Ver. João Antonio Dib, é interessante dizer que José Lutzenberger realmente fez uma revolução, sendo que, a partir dele, muitas coisas mudaram, muitas coisas foram criadas, implantadas e, hoje, muitas delas estão consolidadas. É interessante colocar – fazendo o registro e o reconhecimento de uma das figuras mais ilustres da cidade de Porto Alegre, José Lutzenberger – que ele próprio surge num ambiente de muita discussão, preocupação e ações na defesa do meio ambiente.

Ver. Pedro Ruas, Dom Pedro II – eu já falei aqui – criou a Floresta da Tijuca para salvar os mananciais do Rio de Janeiro, no século XIX, 4 mil hectares. O Padre Rambo, nos anos 1950, sugeriu ao então Prefeito Loureiro da Silva a criação do Parque Saint’Hilaire, com 1.300 hectares, para salvar as nascentes de vários arroios, entre eles o Dilúvio. E o Parque Saint’Hilaire é uma das maiores reservas em área urbana do mundo, é uma referência de concepção urbanística, assim como a Floresta da Tijuca.

Poderia ainda citar – o Ver. Dib lembrava – a doação do terreno onde está o Jardim Botânico pelo Estado; já nos anos 1950, prevendo a criação do Parcão, José Lutzenberger sai da Alemanha como Diretor da Basf, já com um cenário muito interessante aqui em Porto Alegre. Essa história precisa ser lembrada,

repetida, consignada sempre. Mas não há dúvida de que a grande liderança em termos de carisma, de pregação, de genialidade foi José Lutzenberger, que, junto com outras figuras, como Augusto Carneiro, Hilda Zimmermann, que também nos deixou agora há pouco tempo, criou a primeira entidade ecológica da América Latina, a Agapan. Ela foi criada aqui por professores universitários, por pessoas que já estavam extremamente preocupadas com o destino da cidade de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul e do País naquela concepção apenas e tão somente desenvolvimentista, sem nenhuma preocupação com a proteção do meio ambiente, sem nenhuma preocupação com a qualidade do ar, da água, do solo, ou seja, dos recursos naturais.

José Lutzenberger, Diretor da Basf, pede demissão da indústria, revoltado com o abuso da produção e do uso de produtos químicos altamente tóxicos lá na Alemanha, muitos deles exportados para o mundo todo, inclusive para o Brasil, como é até hoje.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, a nossa referência, a nossa homenagem e a nossa lembrança a uma das maiores figuras de Porto Alegre. Nós devemos muito a ele por termos legislações, órgãos ambientais, porque ali inicia o verdadeiro movimento ecológico. A nossa homenagem aos dez anos de falecimento de José Lutzenberger. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PEDRO RUAS:** Sr. Presidente da Casa e da Sessão, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, em primeiro lugar, Ver. Beto Moesch, o PSOL se associa a V. Exa. na homenagem a José Lutzenberger, na passagem dos dez anos de seu falecimento.

Por outro lado, relato, Vereadoras e Vereadores, que, desde o momento em que passou a ser norma federal, através do Decreto nº 7.037, de 2009, e do Decreto nº 7.177, de 2010, a identificação pública dos locais, endereços onde houve violação grave dos direitos humanos no Brasil, nós, em Porto Alegre,

passamos a buscar as informações necessárias à identificação de cada um desses locais.

Até agora, com segurança, pudemos identificar um desses locais, aquele que era chamado Dopinha, tipo uma sucursal do DOPS, que fica, Ver. Mauro Zacher, na Rua Santo Antonio, nº 600. Agora, na semana que passou, fizemos ali, junto com o Movimento Levante, com a ONG Acesso, com o Movimento Juntos – todos eles integrados e liderados por jovens, estudantes, pessoas da periferia –, com o ex-Governador Olívio Dutra, Parlamentares, onde se destacaram o Ver. Todeschini e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, essa identificação pública.

Nesse período, nos últimos dias, por uma sugestão brilhante da Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, nós fizemos juntos um Projeto de Lei – eu, a Ver.<sup>a</sup> Celeste e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna – e fizemos um protocolo, Ver. DJ Cassiá, deste Projeto. É um Projeto que também, dentro da linha do Plano Nacional de Direitos Humanos, estabelece a possibilidade para Porto Alegre, conforme recomendam os Decretos Federais, de museus na linha dos Museos del Recuerdo, no Chile, na Argentina e no Uruguai, retratando e contando o que foi realmente a história brasileira no período da ditadura militar, com nome de torturados, nome de mortos, nome de desaparecidos, nome de torturadores, dos violadores da lei.

E é importante se verificar que o Dopinha, especificamente, inaugurou um ciclo terrível de interrogatórios mediante tortura, em todo o Brasil, onde, inclusive, foi morto, nas piores condições possíveis, o Sargento Manoel Raymundo Soares, no famoso “Caso das Mãos Amarradas”. Então, nós gostaríamos, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, que aquele local, identificado publicamente, fosse, sim, um museu da memória e da verdade, assim como há intenção, também, de que a Ilha do Presídio seja uma espécie de museu, no mesmo sentido, da mesma forma; assim como queremos que essa identificação pública ocorra em todo o Brasil, a exemplo do que fizemos em Porto Alegre, com a coordenação do Comitê Carlos de Ré, da Verdade e da Justiça – e há correspondência com esse tipo de atuação em todo o País.

Por isso, fica aqui o nosso registro: acho que Porto Alegre tem uma oportunidade histórica de ter um protagonismo, uma primazia nesse trabalho

em todo o Território Nacional. E, para nós, é motivo de orgulho, um sentimento de dever cumprido participarmos ativamente de todas essas ações e movimentos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Elias Vidal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ELIAS VIDAL:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que se encontra nesta Casa Legislativa e também aqueles que nos acompanham pela televisão, venho a esta tribuna para fazer uma reflexão, uma menção à Audiência Pública sobre os túneis verdes que aconteceu ontem à noite.

Quero parabenizar o Ver. Beto Moesch e o Ver. João Carlos Nedel, porque tomaram posições, de certa forma, antagônicas, mas eu penso que é na discussão que se aprende, é na discussão que se amadurece, é na discussão que passamos a ver com outros olhos algo que, se não houver discussão, não se conseguia ver; é só com a discussão. Então, a Audiência Pública, no meu ponto de vista, foi muito positiva.

Venho a esta tribuna, Srs. Vereadores, para falar também a respeito do novo Código Florestal, que aguarda a sanção ou o veto da Presidente Dilma.

Quero também fazer as minhas considerações em relação a este assunto de extrema importância, que fala sobre planejamento urbano sustentável. No meu ponto de vista, e acredito que no de muita gente, esse Código Florestal foi confeccionado, foi formado, foi gerado por pessoas que, na realidade, não tinham muito interesse na sustentabilidade. Esse Código Florestal foi desenvolvido muito na ótica dos ruralistas. E aí acho que houve um equívoco, porque, quando você quer errar menos e acertar mais, você tem que escutar as bases, de ambos os lados. Por exemplo, há uma discussão sobre uma área na Redenção, se os cachorros devem ficar em uma parte ou noutra. Ninguém melhor do que os donos de cachorros que frequentam o lugar para responder se eles preferem no antigo zoo ou não. E assim é em todos os setores da sociedade. Você tem que ouvir os setores para poder errar menos e acertar

mais. Agora, quando você quer fazer algo unilateral, quando se quer dar um “canetaço”, quando se quer dar um “carteiraço” de cima para baixo, aí você não ouve, você não quer discussão, não quer discutir; você quer dar o “canetaço” e pronto.

Acredito que o Código Florestal foi desenvolvido muito na ótica de quem não tinha interesse em preservar a natureza. Vou dizer por quê: porque nós já temos na Lei que rege, que cuida do nosso meio ambiente, 50 metros de todos os cursos de água. E nesse novo Código Florestal, cai de 50 para 30 metros, perdem-se 20 metros; aí, os agrotóxicos, os venenos de quem planta estão muito mais próximos das nascentes. Eles não estão preocupados com a água: estão preocupados com o lucro, em detrimento de uma água poluída, uma água contaminada com veneno.

Aí nós vamos para os pântanos, para os lugares alagadiços: querem transformar esses lugares em áreas de pastagem para o agronegócio, e isso não deve acontecer.

Então, este Vereador se junta aos demais Vereadores para que possamos nos somar no sentido de não deixar esse Código Florestal passar. Agora, ser contra ele, totalmente, não. Ele precisa ser melhorado, deve ser discutido com a sociedade e ser bom para todo mundo: ser bom para quem precisa plantar – porque precisamos de grãos, arroz, feijão, trigo –, mas temos que discutir também com aqueles que protegem as águas e as nascentes. Muito obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadores e Vereadoras, lideranças aqui presentes, senhoras e senhores que lutam pela Reforma Urbana, como já foi trazido aqui, no início desta Sessão, tanto pela Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste como pelo Ver. Toni Proença e pelo Ver. Nelcir Tessaro – entre outros –, falo sobre o problema da regularização fundiária.

Nós ainda possuímos, em Porto Alegre, 700 vilas irregulares, e não temos um programa municipal de regularização fundiária. Essas comunidades vão-se arrastando, de um ano para o outro, e continuam completamente sem infraestrutura.

Ontem, a nossa Comissão foi visitar, novamente, a Vila Santo André, porque ela se encontra em estado de calamidade; essa Vila já foi visitada oficialmente pela Câmara. Nesse sentido, cumprimento o Sr. Marino, do Túnel Verde, que, na semana passada, também teve a sua comunidade visitada pela Câmara. O preocupante de tudo isso é que nessa vila são 700 famílias que não têm infraestrutura urbana; que não têm água regular; que não têm esgoto; que têm a ligação elétrica, a não ser por “gato”. Essa comunidade está a menos de mil metros da nossa querida Arena, onde está sendo construído o grande empreendimento Liberdade – um empreendimento de uma magnitude fantástica, que vai gerar em torno de R\$ 3 bilhões.

Quando discutimos aqui nesta Casa a aprovação do Projeto com a mudança de índices, nós aprovamos em uma Emenda, acordada entre as Lideranças, que aquela obra deveria ser uma operação urbana concertada, ou seja, que deveríamos tratar os problemas do entorno, resolvendo-os em contrapartida dos empreendimentos.

O que nos surpreende, Ver. João Antonio Dib, é que o desenho da mobilidade urbana não foi feito, e agora, segunda-feira, novamente, a Presidente Dilma estará vindo a Porto Alegre para liberar mais R\$ 20 milhões para a construção dos acessos viários, mas como ficam essas comunidades que estão no cartão-postal da nossa cidade de Porto Alegre, junto a esse grande empreendimento magnífico, que é a Arena?

Portanto, Ver. Cecchim, aceitando o desafio que fez o Ver. Toni Proença, creio que devemos nos unificar nesta agenda sobre a Entrada da Cidade e resolvermos, de uma vez por todas, o problema de todas aquelas famílias, mesmo com a disposição da Prefeitura de removê-las. Olhem essa comunidade da Santo André: como é possível morar numa situação como aquela? São 700 famílias na comunidade. Agora, há outras que, no total, somam em torno de duas mil famílias.

Nós não podemos aceitar que, numa cidade com a capacidade que tem Porto Alegre, com o projeto federal que tem de regularização fundiária, com os recursos que nós podemos buscar, e um empreendimento desses, de R\$ 3 bilhões, haja uma situação como essa! E eu já faço aqui Ver. Maria Celeste, se a senhora nos permite, em nome da nossa Comissão de Direitos Humanos, um Pedido de Informações para saber quais são as compensações que as obras da Arena e do seu entorno estão dedicando e estendendo para a regularização fundiária daquelas comunidades.

Registro aqui, e fazemos questão de mostrar as imagens, porque uma imagem vale mais que mil palavras. (Mostra fotografias.) E aí estão! Estas são imagens da indignidade humana em Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Ver. Mauro Zacher, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras desta Casa; público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores, venho a esta tribuna tecer considerações no período de Liderança, em nome da Bancada do PDT, integrada pelos Vers. João Bosco, Dr. Thiago Duarte, Mauro Zacher e este Vereador, a respeito da legislação que entra em vigor hoje.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que passa a ter a sua efetiva aplicação a partir do dia de hoje, regula o acesso à informação, traz esse princípio da publicidade, o princípio do acesso a documentações, inclusive estipulando prazos com relação a situações que envolvem informações ultrassecretas, secretas e reservadas. O prazo para as informações ultrassecretas é de 25 anos; secretas, de 15; e reservadas, de cinco anos.

Eu acredito que esse é um grande avanço no que diz respeito à transparência da gestão pública.

A mídia tem prestado um grande serviço à sociedade, mas é fundamental que, às vezes, o poder coercitivo da legislação também auxilie o cidadão a ter

acesso a dados relevantes e importantes que podem, inclusive, servir de combate à corrupção.

Então, acho que hoje é uma data muito relevante, muito importante.

Eu queria utilizar o nosso tempo da tribuna para tecer considerações à Lei nº 12.527, que entra em vigor hoje, e que diz respeito à transparência. Acho que é um avanço muito importante da democracia no nosso País, que vale para União, Estados e Municípios.

Eu também gostaria de tecer alguns comentários relativos à reunião da Comissão de Constituição e Justiça, ocorrida ontem, aqui na Casa, Comissão esta que integro, representando o meu Partido e que tratou da questão que envolve as permissões dos taxistas de Porto Alegre, com a presença da EPTC, da PGM, do Ministério Público de Contas, do Ministério Público do Estado, das Associações Aspertáxi e Unitáxi e do Sindicato dos Taxistas. Tivemos a oportunidade de ouvir a opinião importante e relevante do Executivo e dos órgãos de fiscalização, mas também daqueles que representam hoje a família dos taxistas em Porto Alegre.

Hoje, Porto Alegre tem 3.920 permissionários e 10 mil taxistas. Algumas situações foram abordadas com relação à transferência, com relação à propriedade e ao período dessa propriedade. Então, queria reiterar que, de alguma forma, é preciso que esta Casa se preocupe com a questão das transferências e da vitaliciedade do período dos permissionários.

Lembra-me, aqui, o Ver. Paulinho Rubem Berta, que não foi só na Reunião Comissão de Constituição e Justiça, mas também na CUTHAB, a qual o Vereador preside. Eu queria, então, cumprimentar tanto o Ver. Luiz Braz como o Ver. Paulinho Rubem Berta, que promoveram essa atividade, com um número expressivo de taxistas presentes. Nós precisamos enfrentar essa pauta, esse debate, porque ele deve vir à Câmara muito em breve. Então, sugerimos algumas situações. Eu quero reiterar, aqui, a possibilidade da criação, por parte do Executivo, de um organograma da EPTC, de uma Diretoria exclusiva para os táxis, porque cada permissionário é dono de uma placa. Então, nós estamos lidando com quase 4 mil permissionários e mais de 10 mil motoristas. Acho que precisamos dar um destaque, uma relevância a esta questão da permissão dos táxis; à questão da situação em vigor, hoje, de



que qualquer mudança na legislação passe a vigorar a partir das novas permissões. Também precisamos estar atentos às situações que possam vir a esta Casa, no que diz respeito a esta pauta, para não cometermos nenhuma injustiça. Essas são as minhas considerações da Liderança. Agradeço pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. JOÃO ANTONIO DIB:** Sr. Presidente, Ver. Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras, dez vezes eu jurei – e a última vez foi no dia 1º de janeiro de 2009 – cumprir a Constituição, a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara; e, atualmente, todos os presentes fizeram comigo o mesmo juramento.

O art. 71 do Regimento Interno diz que o Parecer, com as suas conclusões, de acordo com o caso, será encaminhado à Mesa; não foi esse o caso, porque a Presidência da CPI entendeu que tinha que ser encaminhado ao Ministério Público.

O inciso II, do art. 71 diz que deve ser encaminhado, conforme o caso, ao Ministério Público, com cópia da documentação que comprova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas, para que adote outras medidas decorrentes de sua função institucional.

Aí eu penso: a Comissão de Inquérito – que eu disse que, de repente, parecia de brincadeira – vai ao Ministério Público e leva a documentação. É claro, muito claro, que o Presidente da CPI não sabia que ontem foi sancionada a Lei sobre a Transparência no Território Nacional, mas também parece não saber que essa mesma transparência estava sendo executada aqui na cidade de Porto Alegre, e na Casa do Povo também. Por coincidência, tanto a Câmara Municipal quanto a Prefeitura Municipal foram escolhidas como as melhores entidades – Legislativo e Executivo – em matéria de transparência. Nós

sabemos que o computador daria todo o material que foi levado pela Presidência da Comissão de Inquérito para o Ministério Público. Não havia, não tem mais... Eu entendo aqui, nesta altura, que tem que terminar com a CPI, porque não há o que fazer! O Presidente já fez tudo: levou lá, saiu no jornal, outro dia foi ao juiz... E nós já ouvimos, depois de um mês, uma pessoa, só uma; agora, quinta-feira, vamos ouvir a segunda.

E eu vou aprendendo todos os dias. Aí, vai um Vereador à tribuna e fala sobre mobilidade urbana. Bom, eu posso dizer que, em 1999 – o melhor Plano Diretor desta Cidade foi o de 1979 –, eu disse, com todas as letras, ao Executivo Municipal que faltava o tratamento de um Plano Viário, não tinha! Hoje eu vejo os integrantes do Partido que dirigiu antes a Prefeitura irem ali dizer tudo o que querem. Por outro lado, eu pergunto o que fizeram naqueles 16 anos em matéria de recuperar as sub-habitações e as áreas invadidas, a não ser, eventualmente, estimular a invasão - repito: a não ser eventualmente estimular a invasão das áreas? Eu gostaria de saber o que fizeram em matéria de atendimento da população. Não adianta falar no Programa Minha Casa, Minha Vida, que não resolve o problema, até porque as condições impostas pela União são de difícil realização pelos Municípios. A Prefeitura de Porto Alegre tem tentado várias licitações, que terminam em branco; ninguém se propõe a construir aquilo que permite os valores que a Caixa Econômica oferece, e, por outro lado, a burocracia na Caixa Econômica é terrível. Então, é bom não criticar sem olhar para trás, para ver o que fizeram antes. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria fazer uma saudação especial ao nosso Vereador lá de Nova Prata, o Edson Lima. Bem-vindo, Edson, companheiro do PMDB de Nova Prata.

Eu estava vendo o filmezinho do Ver. Comassetto. Ele, agora, é diretor de cinema, vão chamá-lo para fazer “O Tempo e o Vento” novamente lá, Vereador. E eu estava aqui imaginando, Ver. Tarciso, essa vila lá perto da

Farrapos, perto da Arena do Grêmio... O Vereador está tão preocupado com as medidas mitigatórias, com as recompensas que o Grêmio dá! Aí eu fiquei me perguntando: toda essa miséria, todo esse lixo, todo esse esgoto a céu aberto foram criados quando, Ver. Sebastião Melo? Quem é que criou aquilo? Uma grande parte foi criada na época do Governo do Ver. Comassetto – grande parte! Não quer dizer que nós não tenhamos que resolver, temos de resolver. Agora, o Ver. Comassetto não mostra um filme que ele mesmo produziu. Isso deixa lá! O senhor produziu esse filme: produziu a cena, o cenário e a fita; produziu tudo e veio apresentar aqui. Então, só para não deixar isso passar batido.

Agora, eu queria falar de uma coisa que me preocupa muito. Tem uma construção clandestina numa área lá na frente do triângulo da Av. Assis Brasil. Eu já reclamei; a população de lá já reclamou há muito tempo, Ver. Tessaro: tem um terreno da Prefeitura, um recuo. Eu reclamei para o Secretário Cássio Trogildo, quando ainda estava na Secretaria – reclamei pessoalmente para ele. Providência zero! Eu estou ligando todos os dias para o Secretário Adriano! Todos os dias eu ligo para o Secretário Adriano! Estão subindo tijolo: “Vou tomar providências”. Estão concretando: “Vou tomar providências”. Estão fazendo isso: “Vou tomar providências”. Não toma providências!

O que eles sabem fazer, esses fiscais da SMOV e a SMOV, é ir atrás dos pequeninhos, das pessoas lá na vila: onde botam três metros no recuo de jardim; aí, vão os fiscais da SMOV e assustam aquelas pessoas!

Eu quero ver é eles irem interromper essas obras! Por que é que não interrompem? Quero que ele me dê uma explicação! Por que é que não explica? Já pedi dez vezes para ele e ele não deu! Vai dar, nem que seja aqui no plenário! Vai ter que explicar, o Sr. Secretário da SMOV! Chega de enrolação! Se com pedido de um Vereador ele faz isso, imaginem com os outros! Não atende a ninguém. Só aos interesses deles, só! Esta Prefeitura não é de um Partido: esta Prefeitura é do povo de Porto Alegre! Eu cansei, cansei! E vou denunciar sempre, não será só esta vez – tem mais ainda –, nem que seja uma por dia, até tomarem providências. Já cansei!

Agora, não é só de coisa ruim que Porto Alegre vive. Ontem, eu estive no Aeroporto recebendo uma delegação da França, de Portugal e da Suíça, empresários importantes que querem investir em Porto Alegre.

Porto Alegre chama a atenção por sua beleza, pelo seu mercado, pela sua gente e pela competência que o setor privado tem. Mas qual foi a pergunta que eles fizeram? Como são a legalização e a aprovação dos projetos? Eu disse: “Olha, nós temos uma sequência de procedimentos para a aprovação”. Eles disseram que sabiam disso e que cumpririam com todas as etapas, mas queriam saber o tempo que isso levaria. Eu respondi que, se dependesse da Câmara de Vereadores, seria rápido.

Agora, quero fazer uma confissão de confiança. Eu acho que para os projetos especiais, projetos interessantes para a cidade de Porto Alegre, tanto da SMOV, quanto do Planejamento, quanto da SMAM, todos deverão se unir e se ajudar para que a aprovação aconteça. O que é bom para Porto Alegre é bom para a sua população. Nós precisamos é ter responsabilidade, agilidade e consequência para os projetos que dizem respeito à cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Elói Guimarães está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ELÓI GUIMARÃES:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, ontem, aqui, já relatava que a Comissão de Constituição de Justiça reuniu, nesta Casa, os taxistas, suas lideranças, bem como o Ministério Público de Contas e o Ministério Público Estadual, para examinar a questão que vem sendo debatida na Cidade.

Lembro que, da Mesa, fiz um apelo ao Presidente do Sintáxi, para que não fizesse a tal greve que estava sendo anunciada para o dia 21, e devo ligar para agradecer a decisão que o Nozari tomou, de não fazer a referida paralisação.

Quanto a esse assunto ligado aos taxistas, eu disse, na oportunidade, que não sei quantas autorizações eu fiz, enquanto Secretário Municipal dos Transportes. Eu diria que quase uma centena de transferências de táxi fizemos na Secretaria, na forma da legislação municipal. E dizia ontem, no encontro aqui promovido exitosamente pela Comissão de Constituição e Justiça, que o Brasil é uma república federativa e tem as suas órbitas legiferantes e administrativas: a União, Estados e Municípios. De 1973 para frente, uma legislação estabelecia as condições pelas quais se transferiam as pessoas que fossem enquadradas na situação prevista na lei para a transferência. Então, de parte dos permissionários de táxi, eles agiram absolutamente de boa-fé. E nós, gestores, procedemos na forma da legislação municipal. A Constituição de 1988 estabelece novas regras, mas também dizíamos que é um direito adquirido, ou seja, situações jurídicas que têm que ser preservadas.

Pois bem, a manifestação do Ministério Público, tanto do de Contas quanto do Estadual, foi extremamente satisfatória porque, de parte do Ministério Público de Contas e do Ministério Público estadual há uma preocupação, e da Secretaria também – da EPTC –, em se criar mecanismos capazes de preservar direitos estabelecidos na legislação municipal, mantendo-se as permissões daqui para trás, ou seja, da denúncia para trás, mantidas com aqueles que detêm a permissão; daqui para frente, será, evidentemente, traçado na forma da Constituição, porque, na verdade, leis retroativas e que não respeitam direitos adquiridos só tiranos as fazem e só incautos as cumprem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** (15h34min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 013/10, de autoria dos Vers. Kevin Krieger, Paulinho Rubem Berta e João Antonio Dib.

Em votação Requerimento, de autoria do Ver. Paulinho Rubem Berta, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 013/10 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 02 ao PLL nº 047/11, de autoria do Ver. Professor Garcia e do Ver. Idenir Cecchim.

Em votação Requerimento, de autoria do Ver. Professor Garcia, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 047/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 17, de autoria do Ver. João Antonio Dib, ao PLL nº 187/08.

Em votação Requerimento, de autoria do Ver. João Antonio Dib, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 17 ao PLL nº 187/08 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Registro também o Requerimento, de autoria do Ver. Luiz Braz, que solicita a formação de uma Comissão Interpartidária para acompanhar os trabalhos de negociação entre os permissionários de táxi de Porto Alegre e o Ministério Público Estadual, o Ministério Público de Contas e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

**O SR. LUIZ BRAZ (Requerimento):** Sr. Presidente, eu pediria que V. Exa., como Presidente da Mesa, pudesse fazer a indicação de Vereadores para compor essa Comissão, porque, como essas negociações já estão acontecendo, não temos muito tempo para esperar. Seria para não atrasarmos.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Solicitarei aos Líderes de Bancadas para indicar os Vereadores que gostariam de acompanhar essa missão externa.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento):** Gostaria, Sr. Presidente, que V. Exa. e o Plenário concordassem em votar um título de Cidadão Honorário ao nosso Ministro José Néri da Silveira, sem discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando incluir na priorização de hoje a matéria referente ao Título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. José Néri da Silveira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Tendo em vista que há quórum, consulto os Vereadores se podemos iniciar com a votação desse Título de Cidadão. (Pausa.)

Em discussão o PLL nº 045/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 045/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM.**

Em discussão o PELO nº 005/12. (Pausa.)

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PELO nº 005/12.

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras e todos que nos assistem, este Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/12, de autoria do Executivo Municipal, altera o *caput* do art. 61 e o art. 64 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, incluindo o Poder Legislativo no Sistema de Controle Interno de forma unificada com o Poder Executivo. Isso faz parte, Ver. Mauro Zacher, das boas notícias que temos dos acontecimentos desta semana, porque, na última quinta-feira, tivemos aqui o Diretor-Geral do Tribunal de Contas e o Presidente do Tribunal de Contas do

Estado anunciando a entrada em vigor, hoje, quarta-feira, dia 16 de maio de 2012, da Lei Nacional da Transparência.

Da mesma forma, hoje de manhã – e o Ver. Mauro Zacher solicita que nós falemos em nome da Mesa –, aprovamos uma Resolução na Mesa, implantando também as adequações à Lei Nacional de Transparência nesta Casa.

Portanto, se esse órgão, sem a Lei, já era o mais transparente, agora ele tem uma Lei que vai reforçar ainda mais os cuidados e o zelo para que a transparência seja total e absoluta.

Essa questão da iniciativa do Poder Executivo vem no vácuo da Lei Nacional, da Resolução da nossa Câmara, aprovada por unanimidade hoje de manhã.

(Aparte antirregimental.)

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Como não sabe quem está falando? O senhor me respeite, por favor. Por favor! Ah, não foi com a gente, me desculpe.

Esse conjunto de leis vai ter um alcance muito superior, para o bem da República, do que se possa imaginar, porque será possível que todo cidadão, todo profissional, todo funcionário público, todo engenheiro, todo advogado, todo administrador, Ver. Cecchim, possa acompanhar de perto, em profundidade, todos os contratos públicos, todos os atos dos administradores, todos os atos e convênios que, hoje, demandam muito mais tempo para fiscalizar, para tentar corrigir coisas que estão tortas. A partir de então, elas poderão ser prevenidas de forma a fazer com que o controle público, a fiscalização também possa se exercer. E, aí, o volume de negócios públicos regulados por contrato vai ter não só os olhos dos 36 Vereadores, do Tribunal de Contas, dos outros órgãos, das auditorias, mas vai ter os olhos de muita gente, ou seja, da totalidade dos cidadãos brasileiros. Portanto, as manobras das espertezas vão ficar cada vez menores.

No mesmo sentido, na Assembleia também há uma Lei aprovada pelo Deputado Adão Villaverde, que trabalha na mesma direção, na direção da transparência, do combate ao enriquecimento ilícito, do controle público, sobretudo das obras, nos contratos públicos, nos negócios públicos que são



regulados por algum instrumento, quer seja contrato, convênio ou outra forma qualquer de relação. Então, nós estamos diante de um momento muito rico, sim; de um momento especialíssimo, Ver. Elói Guimarães, o senhor que é Procurador do Município, também de carreira. E essa Lei vai obrigar todos os órgãos, a partir do contrato feito, a disporem desses instrumentos nos meios eletrônicos do Tribunal de Contas e nos demais meios. E a Prefeitura também está fazendo a sua parte, assim como a Câmara fez hoje pela manhã, Ver. Mauro, que é aprovar uma Resolução de Mesa – foi o que fizemos para dar transparência total.

**O Sr. Mauro Zacher:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero ressaltar a importância de a Mesa ter o entendimento. Na verdade, nós estamos fazendo uma adaptação, criando uma seccional, a partir dessa aprovação, dessa alteração da Lei Orgânica do Município. Já existe uma orientação do Tribunal de Contas. Então, teremos uma Seccional de Controladoria aqui na Casa, permanente, que vai colaborar, sem dúvida, na Administração e na transparência.

Então, eu queria contribuir, porque a Mesa Diretora está dando um prosseguimento importante para que possamos ter esse órgão.

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Obrigado, Presidente, pela sua manifestação, que enriquece o debate.

Essa questão, em suma, é do interesse de toda a sociedade, porque aqueles que têm boa intenção, aqueles que dirigem organismos públicos, aqueles que são fiscais e gestores de contratos, muitas vezes, podem incorrer em erros involuntários, em erros que não são atos dolosos ou criminosos, mas falhas. E essa medida vai ajudar todos os bem-intencionados, mas vai controlar os malandros também, vai controlar os que têm má-fé. Vai controlar os que pensam que podem ir para os cargos públicos, para as funções públicas ou ocupar cargos públicos de carreira para se locupletarem na fiscalização e no controle dos negócios públicos. Isso é um forte remédio para que essas coisas parem de uma vez por todas. Parabéns a todos por essa iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PELO nº 005/12.

**O SR. JOÃO ANTONIO DIB:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, eu, ontem pela manhã, vi numa mesa um calendário que me chamou a atenção e vai ficar marcado profundamente. Não tinha publicidade: tinha em destaque a palavra atitude, e, embaixo de cada mês, eu pensei que teria um pensamento diferente, mas eram todos os meses iguais, dizia o seguinte: “No fim, tudo acaba com simplicidade”. E eu sempre digo que é preciso ser simples para não se ter problemas.

O que nós estamos discutindo? O PELO nº 005/12, que altera a Lei Orgânica, incluindo o Poder Legislativo no Sistema de Controle Interno de forma unificada com o Poder Executivo. E eu vou-me valer do Parecer do ilustre Ver. Sebastião Melo – ele é claro, preciso e conciso. Ele coloca aqui um Parecer, dizendo o que é Controle Interno (Lê.): “Conjunto de recursos, métodos e processos adotados pelas próprias gerências do setor público com vista a impedir o erro, a fraude e a ineficiência. Com as definições transcritas, Sistema de Controle Interno [E é isso que nós estamos discutindo] significa: conjunto de unidades técnicas articuladas, a partir de um órgão central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno indicadas na Constituição e normatizados em cada nível de Governo”. E, para não deixar dúvidas, o Ver. Sebastião Melo coloca no seu Parecer (Lê.): “O art. 74 da Constituição Federal de 1988 determina [Determina, não pede. Determina!] que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário [Nós não temos Judiciário no Município, só no Estado e na União.] manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, e traz, no inc. IV, além de outras previsões, a de apoiar o controle externo na sua missão institucional”.

Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Sebastião Melo está com a palavra para discutir o PELO nº 005/12.

**O SR. SEBASTIÃO MELO:** Presidente Mauro, meus colegas Vereadores, colegas Vereadoras, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. O Ver. Todeschini, com boa intenção, com boa-fé... O que está sendo discutido aqui não é uma lei de acesso a informações. Essa Lei entrou em vigor, hoje, em todo o Brasil, e eu, sinceramente, não acredito que, em muitos Municípios, ela se torne realidade, até porque a Lei Maior, de 1988, que é a Constituição, já trouxe isso no seu bojo, e até hoje não é realidade em muitos Municípios.

Ver. Dib, V. Exa. leu parte no meu Parecer. O que acontecia antes, Ver. Mauro? A Casa sempre teve Controladoria Interna, que é aquela que trabalha preventivamente para que o Gestor não cometa erros, equívocos, e o Controle Interno é extremamente necessário para o Gestor.

Quando assumi a presidência desta Casa, inclusive, o Controle Interno estava vinculado à Diretoria Financeira, e fiz questão de deslocá-lo para a Diretoria-Geral.

O Tribunal de Contas, em reiterados momentos, diz que tem o entendimento de que tem que ser unificado, que a Controladoria tem que ser centralizada e não pode ter uma Controladoria no Executivo e outra no Legislativo. O que nós estamos fazendo é isso, é só isso: nós estamos unificando um procedimento recomendado pelo Tribunal de Contas, que não tem nada a ver com Lei de Acesso à Informações, coisa que temos feito com competência aqui nesta Casa.

Eu, pessoalmente, até acho, com toda sinceridade, eu tenho divergência – divergi em vários momentos – com o Tribunal de Contas porque, na aprovação de contas dessas matérias, Dr. Luiz Afonso - V. Exa. já esteve comigo lá duas vezes -, eu, na tribuna do Tribunal, sustentei contrariamente, porque, cá para nós, acho uma incongruência, acho que o Controle Interno da Câmara é o Controle Interno da Câmara, é um Poder independente. É assim que entendo, não é assim que o Tribunal entende.

É disso que estamos falando, da mudança da Lei Orgânica para uma adaptação.

Só vim a esta tribuna porque entendi que o desejo do Ver. Todeschini - que eu digo, com certeza, agiu de boa-fé - não tem nada a ver com Lei de Acesso à Informação. Eu quero dizer que não tenho muita crença nisso, porque, infelizmente, Todeschini, eu vejo, por exemplo, resistência nas estatais brasileiras. Li no jornal Folha de São Paulo e no jornal O Globo que a Petrobras não quer dar informação dos patrocínios. Mas tem que dar! Isso é um absurdo! Qual é a segurança nacional que tem nisso? Isso vale para o Município, para o DMAE, vale para a PROCEMPA.

Então, eu quero crer que tem leis que não pegam, tem leis que acabam não se transformando em realidade.

**O Sr. Carlos Todeschini:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Melo, eu fiz ligações do conjunto de instrumentos que nós temos para garantir esse elemento que é basilar, que não deveria nem ser lei, que deveria ser obrigação de todos. Agora, é inaceitável que qualquer órgão, seja ele poderoso como uma Petrobras ou singelo como um DEP, omita qualquer informação que é de domínio do interesse público. Essa Lei tem que valer para todos.

**O SR. SEBASTIÃO MELO:** Agradeço pela contribuição.

Eu também quero aproveitar, Ver. Todeschini, para fazer um *link* do Controle Interno com o Controle Externo, que é desta Casa, que é da Assembleia Legislativa, que é do Congresso Nacional, da Câmara Federal, do Senado. Eu quero dizer que nós – e eu me incluo, porque achar que o inferno é sempre o outro é uma barbada, que o erro é sempre do outro é uma barbada – não temos analisado as contas dos Executivos, na maioria das vezes. Isso vale para Governos de qualquer matiz. Então, nós temos praticado um Controle Externo muito ruim, porque as contas vêm para aprovação ou não, elas vão para o parecerista, vêm para o Plenário e...

Temos dificuldade de quadro, mas encerro dizendo o seguinte, Presidente: nós estamos nos adaptando àquilo que o Tribunal de Contas tem nos pedido. É importante dizer que esta Casa tem, ao longo do tempo, o seu Controle Externo, por sinal exercido com muita competência por funcionários do quadro,

que têm auxiliado a presidência da Casa, que é a ordenadora de despesas; portanto, é indispensável esse Controle para a boa gestão da Casa.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Não havendo mais Vereadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a segunda Sessão de discussão.

Em votação o Requerimento nº 049/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 048/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Carlos Todeschini, o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, referente à renovação de votação do PLCE nº 006/11. (Pausa.)

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Sr. Presidente...

**SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Este é um Requerimento apenas de renovação de votação do Projeto.

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Do Projeto somente...

**SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Do Projeto; tudo, tudo!

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Não, é só o Projeto; a Emenda não teve essa diferença de dois votos. É só o Projeto!

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Estou consultando a nossa Diretoria, que, daqui a alguns minutos, pode nos dar essa informação. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** (Após a apuração nominal.)  
**APROVADO** por 15 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

A renovação de votação ocorrerá obrigatoriamente na segunda-feira.

O Ver. Engenheiro Comasseto vota **NÃO**; não conseguiu registrar. (Pausa.)

Em discussão o PLCL nº 013/10. (Pausa.) Este Projeto já foi discutido por diversos Vereadores em Sessão anterior, e não há mais quem queira discutir.  
Em votação. (Pausa.)

A Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/10.

**A SRA. MARIA CELESTE:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este Projeto já tramita na Casa há um bom tempo, desde 2009, início de 2010. Ele vem trazer uma antiga ansiedade, uma reivindicação das entidades de atendimento a crianças e adolescentes do Município de Porto Alegre através do Fórum de Entidades, através do próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. As entidades conveniadas que já recebem um recurso do Município para manutenção do atendimento de crianças e adolescentes, muitas vezes no turno inverso da escola, especialmente os adolescentes, necessitam cumprir com suas obrigações no pagamento tarifário de questões relativas ao Município, como a conta da água, e também ao Estado, como a CEEE. Nós compreendemos que acaba sendo, de certa forma, um equívoco de repasse de recursos, porque o Município convenia, entrega para as entidades determinado valor e, ao mesmo tempo, a própria entidade tem que pagar a taxa de água, pagar as contribuições do Município de Porto Alegre. Portanto, ao elaborarmos este Projeto, nós tínhamos a intenção de, conforme o número de crianças, ir fazendo a tarifa, especialmente da taxa de água, ser compensada pelo atendimento, por ser um serviço prioritário na Cidade. Conversamos sobre isso; este Projeto tramitou por várias Comissões da Casa e recebeu Parecer favorável.

No início deste ano, nós fomos surpreendidos com o Projeto do Executivo, de autoria do DMAE, que trazia para esta configuração uma determinação nova,

no sentido de se cobrar apenas a tarifa social básica ou mínima das entidades. Nós temos acordo, porque o que nós colocamos no Projeto dificultaria a operacionalização da contagem da taxa que deveria ser cobrada. Nós ficamos surpresos com essa demanda do Governo, tendo em vista o Projeto de minha autoria, que já tramitava há muito tempo aqui na Casa. O Líder do Governo, Ver. João Antônio Dib, foi sensível a esta questão posta no plenário e imediatamente providenciou uma Emenda, de sua e minha autoria, ao meu Projeto, garantindo a questão que o Executivo local propunha para o pagamento da água pelas entidades conveniadas no Município. Nós tivemos que fazer vários adiamentos, porque, logo em seguida, o Ver. Paulinho Rubem Berta e o Ver. Kevin Krieger, também cuidadores dessa área da criança e do adolescente no Município de Porto Alegre, perceberam que faltava a complementação das entidades que fazem o atendimento socioeducativo em meio aberto, o Sase; também o Ver. Toni Proença chamava a atenção para que havia, no início da proposta do Projeto, esta colocação, e a Emenda do Governo retirava, mantendo apenas o privilégio, digamos assim, a oferta na demanda na questão da taxa da água apenas para as creches comunitárias da cidade de Porto Alegre.

Portanto, construímos juntos. Este é um grande momento para a Câmara Municipal; construímos, Vereadores das diversas Bancadas. O Ver. Toni Proença também fez o alerta, encaminhou conjuntamente a Emenda. O Ver. Beto Moesch contribuiu na questão de uma outra Emenda muito propositiva no reaproveitamento da água.

É importante termos essa consciência ecológica e ambiental de todos os elementos de que se trata, especialmente quando trabalhamos pedagogicamente com as crianças e com os adolescentes.

Este Projeto só é possível porque todos nós nos envolvemos; foi um grande esforço dos mais diversos Vereadores desta Casa. Eu quero agradecer pela contribuição e, também, agradecer pela sensibilidade do DMAE, quando optou por ver a retirada do seu Projeto e garantir a autoria de um Projeto que já tramitava nesta Casa, há mais de dois anos, com a mesma intenção, com o mesmo objeto, com a mesma intencionalidade de atender, cada vez mais, as crianças e os adolescentes aqui no Município de Porto Alegre.

Então, quero agradecer a todos por esta bela construção, e vamos, certamente, aprovar o Projeto nesta tarde. Esperamos a sensibilidade de todo o Governo para que não haja nenhum Veto, nenhuma contrariedade, porque este processo foi extremamente discutido, exaurido com todas as partes, especialmente, com o Jurídico do DMAE, para que, assim, pudéssemos construir uma bela fórmula, uma bela proposta para as crianças e adolescentes, especialmente para as entidades de atendimento na nossa Cidade, que já sofrem diariamente, cotidianamente, e para poder fazer o melhor atendimento às crianças e aos adolescentes da cidade de Porto Alegre. Muito obrigada a todos os Vereadores que contribuíram, e, certamente, vamos estar aprovando nesta tarde este belo Projeto. Muito obrigada. (Palmas.)  
(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/10.

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, meus colegas, todos que nos assistem, quero dar os parabéns à Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste pelo excelente Projeto que trouxe a esta Casa, que irá à votação. Certamente, todos nós votaremos a favor, porque é muito importante para a cidade de Porto Alegre e especialmente para as nossas crianças.

Quero fazer alguns agradecimentos. Primeiro, quero agradecer pelo Projeto e pela oportunidade da correção do Projeto, de algo que tínhamos esquecido, que seriam as nossas crianças de zero a seis anos.

Quero agradecer ao meu Diretor do DMAE, Flávio Presser; ao nosso sempre leal companheiro, que nos acompanha e nos assessora, o Fornari, aqui presente; quero agradecer ao meu Líder nesta Casa, João Antonio Dib; ao meu colega Ver. Kevin Krieger, pela parceria na construção desta Emenda; e a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram dessa construção. E, enfim, agradeço ao Governo, que nos apoiou, consentiu, nos orientou, para que esta Emenda fosse corrigida.

É uma luta muito grande para quem tem, muitas vezes, 40, 80 ou 120 crianças de zero a seis anos. No final do mês, é uma correria, é uma luta muito grande



para pagar a água, a luz, para comprar os mantimentos, para manter as condições de higiene, para manter as portas abertas para que essas crianças possam estar lá, usufruindo essas coisas todas, enquanto os pais estão trabalhando para dar uma melhor condição de vida aos seus filhos.

Por isso, quero falar da importância que tem hoje este Projeto e esta Emenda.

O Projeto contemplava as crianças de zero a seis anos, mas estaríamos esquecendo e cometendo uma injustiça com as crianças dos seis aos 14 anos. E isso é muito importante, qualquer centavo é muito importante quando se trata de sustentar os nossos pequenos.

Ao Ver. Tarciso, que aqui está, quero dizer que tenho percorrido muito a Cidade, no sentido de dar apoio, de dar ajuda e de dar incentivo às nossas crianças. Ver. Tarciso, esta é uma medida que realmente vem beneficiar todas aquelas pessoas que lidam com crianças na faixa dos zero aos 14 anos. O Projeto está corrigido, está ampliado para que nenhuma criança dos zero aos 14 anos fique fora da escola.

É muito importante, e foi muito importante que todos que participaram da confecção da Emenda tenham nos ajudado, pelo que agradecemos muito.

Mas quero dizer à Dona Maria – e me perdoem pelo trocadilho –, ao Seu João, ao Seu Paulo, ao Seu Pedro, que, com muito custo, muita luta e muita vontade mantêm o Socioeducativo.

Ver. Kevin Krieger, o senhor acompanhou, durante vários anos, o sofrimento, e hoje, por várias questões, este é um Projeto que atende às crianças de seis a 14 anos nesta Cidade, mas ainda não chegamos nos valores ideais para sustentar uma criança dessas, manter uma criança dessas. Manter uma entidade que tenha portas abertas para receber crianças de zero a seis anos não é fácil, e isso não só aqui em Porto Alegre; em todos os lugares, nós sabemos que é muito difícil manter. As guerreiras e os guerreiros que existem, pessoas que lutam sempre, que não têm preguiça de sair de manhã cedo, batendo de porta em porta, sejam do Poder Municipal, Estadual ou da iniciativa privada, é que vão buscar recursos, com muita luta. Só quem conhece, quem vive isso, quem participa dessa luta pode medir a importância de uma medida como essa, através da qual vai se economizar no pagamento da água, Ver. Tarciso. Sabem o que é correr e ter, muitas vezes, uma espada no peito: “Se

eu não pagar, vão me cortar a água”, para quem está conduzindo 40, 80, 120 metas, que são as crianças? É muito difícil para um dirigente de uma entidade, voluntário, que sai à luta para buscar o recurso para complementar, para poder pagar sua água e sua luz, comprar seus mantimentos para dar uma alimentação adequada para essas crianças, é muito difícil.

Hoje, eu vou para casa tranquilo, satisfeito, orgulhoso, sabendo que nesta Casa, junto com os meus colegas Vereadores – somos 36 –, estamos cumprindo, vamos cumprir, com o voto de cada um, o nosso compromisso, Ver. Todeschini, amparando aquelas pessoas que são, na realidade, os que mais lutam nesta Cidade para dar um destino decente, honesto, para formar cidadãos, que são os trabalhadores do Socioeducativo.

É por aí que se começa, de seis a 14 anos, e nós temos que saber que lá estão sendo formados os nossos cidadãos, que lá é que estão sendo formados, com a dedicação, o apoio, o trabalho desses abnegados dirigentes de entidades comunitárias. No meu entendimento – e este Vereador é prova disso –, todo líder comunitário deveria estar aqui dentro desta Casa defendendo a sua região, a sua vila. Um dia nós vamos ter o voto por região ou por vila, que seja, porque só um Vereador, só um líder comunitário sabe onde corre o esgoto a céu aberto; onde é que tem pessoas desempregadas; se está faltando medicação no posto de saúde, ou se o clube de mães está sem medicação. Esses sabem. Lá na periferia nós sabemos onde está faltando e de que forma podemos fazer. No dia em que esse exército de líderes comunitários se juntarem, a periferia vai sofrer muito menos. O dia em que os comunitários se juntarem – os que conhecem o bairro, que pisam no barro e que fazem projetos como esses – e no dia em que a população souber disso, talvez nasça um Partido, realmente, do povo, para atender o povo.

Então, quero agradecer a todos aqui, ao meu Líder nesta Casa, o Ver. João Antonio Dib, e ao Governo Municipal, por terem apoiado esta iniciativa. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/10.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Presidente Mauro Zacher, demais Vereadores e Vereadoras, eu queria, inicialmente, parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste pela iniciativa deste Projeto; também quero cumprimentar o meu Líder, Ver. João Antonio Dib, pelo entendimento e pela articulação junto à Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste e aos demais Vereadores, para poder trabalhar em conjunto para, realmente, colocar este Projeto em votação e aprová-lo hoje, Ver. Carlos Todeschini.

Este Projeto é muito importante, tanto para as entidades não governamentais, que desenvolvem esse Serviço de Atendimento Socioeducativo, quanto para as creches comunitárias. São atendidas crianças de zero a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 14 anos pelo Sase, ou seja, escolas infantis e creches comunitárias.

Também quero cumprimentar o meu colega Ver. Paulinho Rubem Berta, um lutador dessa área, que luta pela entidade do Rubem Berta, o que faz muito, ao qual pude me somar, na semana passada, na defesa das entidades que prestam o Serviço de Atendimento Socioeducativo, que são, também, tão importantes quanto as creches comunitárias.

Quero também, nosso Presidente, Ver. Mauro Zacher, fazer algumas colocações que são importantes, referentes a esses últimos Governos que tivemos na cidade de Porto Alegre. Desde 2004 até 2012, para os Sases, Ver. Paulinho Rubem Berta, nós tivemos 120% de aumento de repasse para as entidades não governamentais na cidade de Porto Alegre. Nesse mesmo período, Ver. João Antonio Dib, nós tivemos, no IPCA, 52%. Ver. Todeschini, nós tivemos um aumento real de repasse para as entidades de quase 70%. Precisamos fazer mais? Sem dúvida nenhuma, precisamos, mas este Governo investiu muito na área da criança, na área do adolescente. Não é à toa, Ver. Toni Proença, que, hoje, temos resultados positivos nas ruas de Porto Alegre. Tu, que trabalhaste na Secretaria de Governança como Secretário Adjunto e no primeiro governo da Gestão Fogaça, e eu, estivemos juntos na luta pelos direitos da criança e do adolescente quando tínhamos centenas de crianças nas ruas de Porto Alegre; hoje, praticamente, não vemos crianças nas sinaleiras. Quando as vemos, temos a obrigação de ligar para o Programa Ação Rua – o telefone é 32894994; temos educadores para fazer abordagens à

situação de rua e fazer os devidos encaminhamentos para os seus espaços, os seus abrigos residenciais, as suas famílias, e o atendimento do Serviço de Apoio Sócio-Educativo. É muito importante que, cada vez mais, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, esta Casa não tenha Partido político envolvido nessa causa e, sim, que possamos ter o Partido da criança, do adolescente e das suas famílias.

Eu queria, mais uma vez, agradecer e parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste; o meu Líder, Ver. João Antonio Dib; o meu colega Ver. Paulinho Rubem Berta, por todo esse trabalho, pelo carinho que tem pela comunidade. Conte sempre comigo na luta pela defesa do direito da criança e na defesa do direito do adolescente, principalmente das famílias, que podem ir com tranquilidade trabalhar, sabendo que seus filhos estão sendo bem atendidos nas suas comunidades, porque essas entidades não governamentais da cidade de Porto Alegre desenvolvem um excelente trabalho, supervisionado pela Fundação de Assistência Social e pela Secretaria Municipal de Educação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/10.

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Porto Alegre tem uma tarifa de água, uma estrutura tarifária exemplar: ela cuida de garantir e fazer justiça para os que economizam água; ela trata a tarifa industrial e comercial de forma diferenciada; ela olha para os pobres, aqueles que consomem até 10 metros cúbicos são beneficiários de uma taxa social. Os demais, cidadãos comuns, todos os que consomem até 20 metros cúbicos pagam um preço também subsidiado, em pelo menos 20%. Os grandes consumidores pagam mais, pagam muito mais. Mas, por ser um sistema municipal, alguns órgão não pagam água, entre eles o Paço Municipal e toda a estrutura da Prefeitura; todas as Secretarias não pagam água. A Câmara de Vereadores não paga água, quem paga são as empresas do Município.

Esta é uma lei construída ainda na época do Governador Collares, uma boa Lei, uma boa estrutura. E, dentro dos isentos, estão as escolas e as creches municipais – essas não pagam água.

Agora, sabemos que um conjunto importante dos atendimentos às crianças e adolescentes é feito por creches conveniadas ou pelo Sase, que é um serviço feito por convênio para os adolescentes. Esta proposta da Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste vem estender o benefício da tarifa social – vejam bem, não é a isenção, como têm as creches do Município, mas da tarifa social – àqueles que ainda não têm tarifa social, que são as creches e os Sases conveniados. Portanto, é uma medida justa, que vem ao encontro da necessidade, porque esse recurso que subsidia, que financia a creche e o serviço social para o adolescente, sai do próprio bolso da Prefeitura. Ele tem que retornar, Ver. Tarciso, na forma do convênio, do prestador de serviço, que tem que pagar essas taxas.

Então, penso que é justo, e, assim, o DMAE também fará um pouco mais da sua parte social, que é a concessão da tarifa social para esse grupo que não tem os benefícios da isenção, como têm as creches, os próprios do Município.

Então, senhoras e senhores, as creches que lutam com muitas dificuldades vão ter, sim, um pequeno alívio, pelo menos, que é ter uma conta de água com uma tarifa um pouco menor, que é a tarifa social. Mas isso resultará em uma economia que poderá ser significativa no final do ano, quando as contas chegarem, e mesmo no final de ano. Isso também é distribuição de renda, é justiça social, e também é cumprir a responsabilidade social que o DMAE tem nos seus estatutos e tem como dever. Entendo assim, ainda mais que, para o DMAE, que tem R\$ 300 milhões em caixa, certamente essas algumas dezenas de milhares de reais, ou algumas centenas, não farão diferença, mas serão de grande valia para o serviço conviado, quer seja creche, quer seja Sase, conforme a Emenda dos Vers. Kevin Krieger, Paulinho Rubem Berta e João Antonio Dib. O Projeto tem a minha simpatia, é justo, e tem o voto de todos os Vereadores. Obrigado. (Palmas.)

(Não revidado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Toni Proença está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/10.

**O SR. TONI PROENÇA:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadores, Ver. João Antonio Dib, a primeira saudação que vou fazer nesta tribuna é à Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, que idealizou este Projeto de Lei – como bem disse o Ver. Paulinho Rubem Berta, autor da Emenda, juntamente com os Vers. Kevin Krieger e V. Exa., Líder do Governo – que inclui o Sase na isenção das taxas do DMAE para as creches comunitárias e conveniadas com a Prefeitura de Porto Alegre.

Porto Alegre fez a opção de cuidar de suas crianças através do convênio com entidades comunitárias em toda a Cidade; são mais de 200 creches conveniadas, hoje. Se essas creches não fizessem o trabalho de acolher as crianças através do convênio com a SMED e com as crianças e os adolescentes do Sase, através do convênio com a FASC, que até há pouco tempo foi dirigida pelo Ver. Kevin Krieger, nós, certamente, não teríamos o nível de atendimento que as crianças de Porto Alegre têm, e que é referência em todo o Brasil.

Portanto, Ver. João Antonio Dib, V. Exa., como Líder do Governo, teve a sensibilidade de costurar, não só a Emenda ao Sase, mas a aprovação do Projeto pelo Governo para que se pudesse, hoje, votar e, mais do que votar, aprovar e, mais do que isso, vê-lo sancionado brevemente pelo Prefeito.

A aprovação do Projeto vai resultar no melhor atendimento às nossas crianças e, mais do que isso, vai resultar na possibilidade de as entidades comunitárias melhorarem o seu orçamento e que qualquer recurso possa ser alcançado às entidades comunitárias, que trabalham com muita dificuldade, pois, além do convênio e do trabalho voluntário da comunidade, têm que estar, permanentemente, buscando recursos para conseguir chegar ao fim do mês e atender, com muita qualidade, as crianças em todas as nossas comunidades, principalmente na periferia da Cidade, onde é fundamental o funcionamento da creche e o funcionamento do Sase para que os pais e as mães possam sair em busca do sustento da família, por meio do trabalho, enfim, ter a tranquilidade de que as suas crianças estão bem cuidadas, estão com o atendimento garantido por meio das creches e das entidades que têm convênio para operar e executar o Sase.

O Ver. DJ Cassiá, que é um homem que trabalha muito nas comunidades, o Ver. Brasinha e o Ver. Goulart sabem disso; certamente estão tratando disso, neste momento, aqui na frente.

Quero dizer à Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste que ela honra o seu mandato, honra a representação que população de Porto Alegre conferiu a ela, assim como o Ver. Paulinho Rubem Berta, o Ver. Kevin Krieger e o Líder do Governo.

Somos pela aprovação deste Projeto. O Pátria Livre votará a favor do Projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/10.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa-tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem. Maria Celeste, eu não ia encaminhar, porque já conheço o teu Projeto – eu já o li, é um Projeto maravilhoso –, mas venho aqui para falar, porque é um Projeto que envolve crianças, adolescentes, jovens, e isso me encanta muito.

Acho que, neste momento em que temos este Projeto lindo para as vilas, para as creches, não existe bandeira política.

Então, eu quero parabenizar a Maria Celeste e o Paulinho Rubem Berta. Maravilha, Paulinho, a gente sabe da sua luta no bairro Rubem Berta, não só pelas crianças, mas por aquele povo, que tanto precisa dessa ajuda, Paulinho, e você está sempre presente.

Kevin e Dib, parabéns por este Projeto. Quero dizer que a criança, o jovem, o adolescente são a minha bandeira, Ver. Todeschini, então eu não poderia deixar de dizer para a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste: parabéns. Eu acho que podemos avançar mais, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste. Acho que as crianças das vilas, das creches, merecem uma atenção bem maior do nosso Governo – não só do Governo, mas de todos nós e da sociedade.

Então, eu quero dizer a todos: que maravilha! Acho que a democracia no Brasil começa a chegar. Apesar daqueles currais, Paulinho, que estão sendo feitos nas vilas, para não entrarmos, eu tenho certeza de que nós vamos vencer essa

barreira. Como é boa a democracia, como é bom a gente ver o nosso povo feliz! E isso existe em vários bairros: Belém Novo, Ponta Grossa, Chapéu do Sol, Rubem Berta, Sarandi... Todo mundo precisa dessa liberdade, Ver. Todeschini, e esperamos que esse povo possa ser um povo feliz e dizer: “Eu moro em Porto Alegre e amo esta Cidade”.

Outra coisa, Ver. Todeschini: um assunto que tivemos na Comissão é com relação à merenda escolar, principalmente nas creches. Temos que dar uma olhadinha nessas merendas escolares, Ver. Tessaro, para ver se não são merendas vencidas. O mal não é a multa, não é cobrar agora. Esse mal, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, ele é feito nessas crianças de cinco e seis aninhos, ou quatro aninhos, que, se se alimentarem mal, no futuro, como adulto, vão ter muitos problemas. Então, nós temos que ter um cuidado enorme com isso, porque isso não está prejudicando essas crianças naquele momento, mas vamos prejudicar no futuro. Isso é importante, e devemos tomar cuidado.

Então, mais uma vez, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, V. Exa. tem o nosso voto. E ao Dib, ao Kevin, ao Paulinho Rubem Berta, dou parabéns por esse lindo Projeto. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Srs. Vereadores, gostaria de fazer um comunicado. Amanhã, às 13h30min, nós estaremos assinando, juntamente com o IPE, um ato de cadastramento dos nossos médicos do Ambulatório aqui da Câmara, o que vai permitir que os servidores da Câmara possam, através dos médicos, requerer exames via IPERGS. Parece singelo, mas é uma demanda muito antiga, importante para os nossos servidores. Então, convido as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores e servidores da Casa para que acompanhem o ato, amanhã, às 13h30min, no Salão Nobre.

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/10.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher, colegas Vereadoras e Vereadores, inicio esta fala, mesmo sendo em nome da



Bancada de oposição, porque, na verdade, nós já temos discutido este tema da Cidade, construído aqui nesta Casa por todas as mãos, que iniciou com a minha querida colega Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, que compõe este colegiado da oposição, mas que se concertou com o Governo.

Construímos uma nova Emenda, assinada pela pluralidade dos Vers. João Antonio Dib, Kevin Krieger e Paulinho, que veio não só a aperfeiçoar, mas a dar o foco de uma política pública que é merecedora, cada vez mais, da sua qualificação, que diz respeito às creches comunitárias, às escolas infantis, àqueles espaços públicos, Seu Marino, que estão acolhendo as crianças, principalmente as crianças carentes.

Se nós temos uma instituição conveniada ou não que trata deste tema de acolher as crianças e que recebe recursos, seja através do Governo Federal, Estadual ou Municipal, que já é um dinheiro público, por que as demais atividades públicas serem cobradas dessas comunidades?

Todos nós sabemos, Ver. Cecchim, que o mesmo percentual pago por criança é muito ajustado para que se possa fazer um bom trabalho e um bom atendimento. E, mesmo assim, essas entidades realizam um bom atendimento com a supervisão da Secretaria da Educação, da Secretaria de Assistência Social e assim por diante.

Quero aproveitar esta oportunidade para dizer que, ontem, a Presidente Dilma lançou mais um grande programa: o Programa Brasil Carinhoso, que estende também recursos às famílias com crianças que ainda não estão inseridas nos programas de acolhimento pelo Brasil afora.

Ontem, eu falava com a Secretária Cleci, que tinha ido a Brasília, porque, dentro do Programa Creches, que são mais 1.500 creches para todo o Brasil, Porto Alegre está recebendo 19 creches e escolas infantis, que serão implantadas com esse recurso federal em um convênio com o Município para trabalharmos a meta do Plano Nacional de Educação, que diz que, em 2016, todas as crianças, de zero a seis anos, deverão receber atendimento público.

Portanto, eu venho aqui em nome dos Partidos da oposição: PSOL, PT, PSB, e, obviamente, PV e PPL, que se inserem nesta discussão aqui na nossa Casa; como é um tema recente, desta semana, ainda não estamos familiarizados com a ampliação do conjunto dos Partidos, Ver. Pedro Ruas.

Para nós, é uma satisfação, através do contraditório, construirmos soluções para a Cidade.

Então, meus cumprimentos à Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, ao Ver. Kevin Krieger, ao Ver. Paulinho Rubem Berta e ao Ver. João Antonio Dib, Líder da situação, que trata deste tema – já foi líder da oposição, quando aprendeu muito, e, agora, recepciona este debate e esta construção para que nós possamos ajustar, qualificar os Projetos e valorizar o Legislativo Municipal. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Nós temos a Emenda nº 01, do Ver. Beto Moesch; a Emenda nº 02, da Ver.<sup>a</sup> Celeste e do Ver. João Antônio Dib; e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02. Consulto os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras se podemos fazer a votação dessas Emendas em bloco. (Pausa.)

Em votação o Requerimento, de autoria desta Presidência, solicitando votarmos em bloco as Emendas nºs 01 e 02 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 013/10. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco constituído pelas Emendas nºs 01 e 02 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 013/10. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLCL nº 013/10. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(16h43min) Está encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

**PAUTA**

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. NELCIR TESSARO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, venho a esta tribuna para discutir alguns Projetos que estão em Pauta no dia de hoje.

Primeiramente eu quero discutir um Projeto de minha autoria, o PLL nº 055/12, que cria, nos parques e nas praças do Município, a prática do esporte chamado *slackline*. A juventude está praticando muito esse esporte hoje em Porto Alegre, Ver. Tarciso, e nós não temos condições nem locais onde eles o possam praticar. Eles estão colocando, em parques, dois pilares e um cabo, estão usando esse equipamento provisoriamente, mas, muitas vezes, pela falta de segurança, de estrutura para a colocação desse cabo, podem ocorrer acidentes. Sei que V. Exa. já conhece muito bem esse esporte, que é praticado entre dois prédios; agora ele está sendo muito difundido entre os jovens porto-alegrenses, está sendo praticado nos nossos parques, mas sem condições técnicas.

Estou propondo, com este Projeto, que o Município, por meio da SMAM, da Secretaria Municipal de Esportes, das Secretarias que coordenam a prática de esportes nas praças, possa dar condições para os desportistas praticarem esse esporte, para que a nossa juventude, cada vez mais praticando esportes, possa sair das drogas, como no caso de seu grande trabalho nas vilas de Porto Alegre.

**O Sr. Tarciso Flecha Negra:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Parabéns! Para esse esporte, além das praças, nós temos aquela orla do Parque Marinha, em que pode ser destinado algum espaço; a Prefeitura pode dar os pilares para que as pessoas cheguem com suas cordas, pratiquem esse esporte, e, ao ir embora, levem a corda. É um esporte tranquilo, maravilhoso, que não requer muito espaço, como um campo de futebol ou uma quadra polivalente.

**O SR. NELCIR TESSARO:** Agradeço pela sua contribuição.

É um esporte de fácil adaptação, é fácil a colocação de equipamentos. Realmente, no Parque Marinha do Brasil, nós temos a pista de esquite e diversas outras pistas para diversos esportes, e acredito que o Município poderia implantar, sim, independentemente de projeto. O Município poderia já ter pensado em encaminhar a instalação desses equipamentos, independentemente do esporte.

Também quero falar sobre o PLCE nº 005/12, que acrescenta o art. 17-A à Lei Complementar nº 636, de 13 de janeiro de 2010, que institui o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Fico muito alegre ao falar sobre essa Lei, porque, quando estive no cargo de Prefeito, tive a oportunidade de sancioná-la. Agora, está vindo para a Câmara uma alteração necessária - digo necessária, porque hoje temos em Porto Alegre diversos projetos habitacionais que estão prontos para serem contratados; temos projetos habitacionais para o reassentamento da Vila Tronco em Porto Alegre, são aproximadamente 1.500 famílias.

Muitos Vereadores vieram a esta tribuna para falar sobre a dificuldade de buscar empresas parceiras para construções e habitações para famílias com renda de zero a três salários mínimos, e o Departamento Municipal de Habitação e a Secretaria de Gestão têm muita dificuldade em fazer esse conveniamento.

O Ver. Comassetto já falou muitas vezes a respeito dessa falta de construtoras, e, agora, o Município justamente vem com este Projeto.

Eu não quero sugerir, mas gostaria de pedir ao Líder do Governo, o Ver. João Antonio Dib, que este Projeto de Lei Complementar, que está hoje na primeira discussão de Pauta, pudesse ser votado com extrema urgência, porque vai viabilizar que o Departamento Municipal de Habitação possa fazer o conveniamento, a contratação de empresas para a construção de habitações do Minha Casa, Minha Vida para famílias com renda de zero a três salários mínimos. Ele está dando a contrapartida, justamente, do preço a que a Gidur, da Caixa Econômica Federal, chegou, que ultrapassa os R\$ 56 mil -- me parece que chega até os R\$ 62 mil; e o Município, que já está dando o terreno, aporta a contrapartida necessária para viabilizar essas construções.

Isso é muito importante. Está de parabéns o Executivo, encaminhando agora este Projeto, porque nós temos diversos projetos em andamento. Com certeza, as próximas licitações irão dar desertas novamente se não tivermos este Projeto aprovado dentro de, no máximo, 15 dias, porque as licitações estão para o início do mês de junho. E tenho absoluta certeza, Ver. João Antonio Dib, que, se não aprovarmos com extrema urgência este Projeto, não teremos condições de viabilizar e implantar em Porto Alegre o projeto habitacional para atender a remoção da Vila Dique, Vila Nazaré, Vila Santo André, Vila Vitória da Conquista, e também trabalharmos sobre a Vila Tronco, que de tantas e tantas moradias precisa imediatamente.

Assim a Caixa Econômica Federal poderá contratar imediatamente um projeto; justamente temos um projeto parado, que é o projeto que está na Vila Restinga, que é o Condomínio Belize, com 720 unidades habitacionais. Estava programado que a nossa Presidente Dilma viria assinar a contratação com a empresa, Ver. Todeschini, e ela não pôde estar aqui na entrega e assinatura desse contrato, porque não houve uma viabilidade econômica que sustentasse a construção das unidades habitacionais.

Estão de parabéns, então. Eu acho que é tarde, mas nunca tão tarde que não se possa resolver a situação. Estamos há dois anos e dois meses do sancionamento da Lei, e vamos fazer com que aconteça, sim, a aprovação aqui no Legislativo, o mais rápido possível.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, este Projeto que o Executivo manda para esta Casa tem a pretensão de criar condições para que o Programa Minha Casa, Minha Vida possa se tornar efetivo no Município de Porto Alegre.

É um Projeto que está tratando de um item, que é o item dos subsídios do Município para com o Programa Minha Casa, Minha Vida, que diz que poderá

ser de até 6 CUBs por unidade habitacional. O CUB está em torno de R\$ 1,2 mil hoje. Então, ficaria em torno de R\$ 7 mil o subsídio por unidade habitacional.

Ontem à noite, na Rádio Bandeirantes, fazia um debate com o meu colega e amigo Dr. Goulart e expressava a minha desconformidade com a pouca eficácia do Programa Minha Casa, Minha Vida no Município de Porto Alegre. Vejam só, o Município de Porto Alegre, Ver. João Antonio Dib, não se preparou efetivamente na aplicação, inclusive, das ferramentas do Estatuto da Cidade para dar condições para implantar habitação popular.

O Município de Porto Alegre é a 16ª Capital em desempenho do Programa Minha Casa, Minha Vida no Brasil. Em números absolutos, é a 13ª cidade do Rio Grande do Sul, mas em números proporcionais ao problema que nós temos, Porto Alegre é a 42ª cidade do Rio Grande do Sul em desempenho do Programa Minha Casa, Minha Vida. Então, está muito aquém do potencial, e não dá para dizer que a responsabilidade é da Caixa Econômica Federal, pois falta política local.

**O Sr. João Antonio Dib:** V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Ver. Engenheiro Comassetto, realmente, é difícil fazer o Programa Minha Casa, Minha Vida da forma como foi proposto até agora. O Executivo, inclusive, está dando incentivos para que as licitações possam não ser desertas. Em razão dos pronunciamentos feitos aqui na tribuna agora, eu já estou pedindo o art. 50 para a votação deste Projeto, porque ele é realmente urgente e deve ser votado.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Muito obrigado. Isso tem o nosso acordo, porque a ferramenta que está sendo criada, no nosso ponto de vista, já está atrasada; a demanda do Programa Minha Casa, Minha Vida é muito grande no Brasil, é muito grande nas Capitais, e nós possuímos, em Porto Alegre, Ver. Nelcir Tessaro, ainda 70 mil famílias demandantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, que recebem até três salários mínimos.

Se o problema é o custo da terra, nesse caso, terá um subsídio em torno de seis CUBs, em torno de R\$ 7 mil por unidade habitacional. Isso ajuda a

enfrentar, inclusive, a política que os outros Municípios fizeram. Aqui, na Grande Porto Alegre, Canoas tem melhor desempenho que Porto Alegre; São Leopoldo tem melhor desempenho que Porto Alegre; Novo Hamburgo tem melhor desempenho que Porto Alegre; Gravataí tem melhor desempenho que Porto Alegre; Santa Maria tem melhor desempenho que Porto Alegre; Pelotas tem melhor desempenho que Porto Alegre; Caxias tem melhor desempenho que Porto Alegre. Será que essas cidades são melhores do que nós? Não. Eles construíram políticas antecipadamente para o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ver. João Antonio Dib, eu tenho segurança, porque eu propus isto aqui, no ano de 2007, mas não foi aceito pelo Executivo, e, depois, o Executivo reconheceu que era para isentarmos as taxas do ITBI, ISSQ e outras para o Minha Casa, Minha Vida, até porque, em 2006, Santa Maria, Caxias, Bagé, Novo Hamburgo, Canoas, Pelotas, todas já haviam isentado essas taxas que representam, mais ou menos, de 6% até 7% no total do Projeto. Isso daria subsídios. Se é um dinheiro público subsidiado, por que cobrarmos impostos para tornar realidade um programa social?

Então, estou vindo aqui dar apoio ao Projeto e para dar acordo ao Ver. João Antonio Dib.

Provavelmente, trataremos isso na segunda-feira, na reunião de Líderes, pedindo o art. 50, art. 81, urgência para este Projeto. Temos acordo, inclusive, até para fazermos as Reuniões Conjuntas para que possamos examiná-lo para que ele se torne realidade, meu querido amigo, Dr. Goulart.

O problema não é da Caixa Econômica Federal: o problema é da política municipal, que não preparou o Município de Porto Alegre para que pudesse receber, expandir e qualificar o Programa Minha Casa, Minha Vida. Naquela inscrição que foi feita em 2009, Ver. João Antonio Dib, inscreveram-se 55 mil pessoas, e o Município conseguiu entregar, até agora, em torno de 1.500 unidades e tem aprovadas em torno de 3 mil unidades. Isso é muito aquém do que nós precisamos, do que necessitamos, e o Governo Federal tem projeto, tem recurso; agora, o Município tem que fazer a sua parte.

Então, tem aqui o nosso apoio, a nossa contribuição, para que o Prefeito do Executivo torne isso realidade o mais rapidamente possível. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

A Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Presidente Todeschini, Vereadores, Vereadoras, todos os que nos assistem. Venho aqui falar, nosso Presidente, sobre o esporte em Porto Alegre.

Nós temos uma área maravilhosa, do Gasômetro até o lado do Beira-Rio – são 4 quilômetros, Tessaro, creio eu. O Ver. João Bosco Vaz sabe; quando eu trabalhei com ele na Secretaria de Esportes, me ajudou até a fazer um campinho de futebol 7, de areia. Quando houve o vôlei ali bem no centro do parque, um pouco dessa areia foi destinada a esse campinho, onde fiz a seleção sub-17, e algum desses guris passaram ali comigo, a gente disputou o campeonato estadual do sub-17, onde está o Everton, alguns guris, como o Faísca do Cruzeiro, que disputou o Gauchão, um guri que foi muito bem cotado, parece que já está na Europa.

E não só para criar jogador de futebol, Bosco, mas esse era o meu sonho antes de ser Parlamentar, antes de ser Vereador. Eu sempre comentava com os meus amigos, Todeschini, que a gente olhava o Guaíba de costas, a gente só olhava para o Guaíba quando chegava no Gasômetro, no pôr do sol, aí a gente olhava para o Guaíba.

Tu descas no Aeroporto Santos Dumont, Tessaro, e tu vais até Botafogo, ali perto do túnel, para quem vai para Copacabana, no aterro, que se chama aterro do Flamengo, e tem campos de futebol, vôlei, tudo quanto é tipo de esporte; à noite, tem iluminação, crianças, idosos, jovens, todo o mundo praticando esportes. Que maravilha! E Porto Alegre tem essa vista maravilhosa. Quando tu chegas de avião... Quantas e quantas vezes,



chegando de avião a Porto Alegre, em viagem com o Grêmio, a gente olhava Porto Alegre e brincava: “Aí está o Portinho, o Portinho amado”.

Olhem que maravilha essa vista, essa orla que nós temos ali! Nós vamos tão longe fazer fotos e nos orgulhar e achar lindo aquilo que tem na Itália, na França, na Espanha, e nós temos em Porto Alegre essa orla maravilhosa, onde poderia ter todos os esportes.

Hoje temos duas quadras construídas; temos a academia dos idosos, onde eu passo, faço o meu trabalhinho de vez em quando, quando está calor, é claro. Eu acho que essa orla poderia ser toda assim. Nós iríamos preservar o meio ambiente, íriamos preservar a saúde e teríamos essas pessoas convivendo com esse Guaíba tão maravilhoso, com essa orla tão maravilhosa. Então, é o momento de fazer um grande projeto, Tessaro, mas um grande projeto mesmo, um projeto que marque a cidade de Porto Alegre como um ponto turístico.

Que maravilha tu jogando futebol, ou andando de bicicleta, ou jogando o teu basquete, ou o vôlei ou o futevôlei ali, naquela beirada do Guaíba, às cinco ou seis horas da tarde, com aquele sol maravilhoso, aquela bola vermelha nos iluminando com todo aquele brilho!

Eu acho que chegou o momento de nós, Vereadores, e não só nós, mas o Governo, sociedade, os grandes empresários, todos nós pensarmos juntos num grande projeto para aquele Guaíba, para que não fiquemos mais de costas para ele – seja ele o nosso rio ou o nosso lago, como queiram dizer –, tão lindo!

Gente, estou no final do meu tempo, mas quero dizer que vi na televisão que o esporte, Dib, traz tudo para as crianças, para os jovens, para os adultos e para os idosos. É o esporte, o esporte e a educação. Um país, uma cidade sem esporte é uma cidade violenta. Podem ter a certeza de que, sem a educação e sem o esporte, teremos uma cidade violenta no futuro.

**O Sr. Alceu Brasinha:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Tarciso, realmente, o esporte tem a mágica de fazer as pessoas olharem e gostar. E, certamente, não tem espetáculo melhor, não existe nada igual ao futebol. V. Exa. sabe muito bem, porque quantas alegrias já nos deu? Eu mesmo, quantas vezes chorei quando o Grêmio foi campeão contigo?

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Bem, concluindo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Obrigado, Presidente Todeschini! Só para encerrar, quero dizer da minha preocupação com o esporte, não só por se formar atletas profissionais – que maravilha, oxalá! –, mas por se formar cidadãos equilibrados. Essa é a intenção de uma cidade que preserva, que tem em primeiro lugar educação e esporte. Só assim nós vamos ter, lá no futuro, aos 50, 60 anos, uma vida mais saudável, uma vida praticando esporte e podendo andar na orla do Guaíba com segurança, nos orgulhando de ter esta Capital tão maravilhosa, tão linda, para a qual podemos dar mais brilho, porque Deus já nos deu o pôr do sol para brilhar às cinco e meia, seis horas da tarde, para iluminar a terra dos gaúchos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; parabéns pelo trabalho que o senhor vem desempenhando como Presidente, o senhor conduz muito bem. Parabéns, Todeschini! Eu também quero falar aqui que o Ver. João Carlos Nedel denomina...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Eu ia falar do João Carlos Nedel, mas o Ver. João Bosco Vaz me atrapalhou! Vou dar a resposta a V. Exa.: é que eu sou índio,

sou bugre, meu cabelo é assim! Se o senhor queria saber a resposta, eu já dei. Eu venho também falar aqui dos Projetos que estão na Pauta.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Me atrapalhou, mas não tem problema. Algumas vezes, o João Bosco Vaz fala muito e atrapalha muito a gente.

(Aparte antirregimental do Ver João Bosco Vaz.)

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Conseguiu me atrapalhar, mas não tem problema. O João Bosco Vaz sempre faz isso, é o normal.

Eu queria falar do Ver. João Carlos Nedel, o campeão das ruas, o homem que mais faz Projeto de ruas. Eu, Ver. Dib, até hoje só tive uma rua; fiz um Projeto a pedido de um senhor, que dizia que era Conselheiro do Grêmio. Ele pediu para eu fazer o Projeto; eu fiz o Projeto, Ver. João Bosco Vaz, e, lá pelas tantas, o cidadão – que vinha todo dia, o Sr. Homero, que o senhor conhece – me botou na Justiça. Adivinhem quem inaugurou a rua: o Ver. João Carlos Nedel! Foi ele inaugurar, ele foi inaugurar! Eu só tinha uma rua, o Nedel conseguiu arrastar para ele; o cara foi lá levar a placa, inaugurar a rua da qual eu tinha feito o Projeto! Não sou um fazedor de Projetos de rua, acho que não estou aqui para fazer Projetos de rua; acho que, automaticamente, quando se fizesse a rua, já deveria ser dado o nome para a rua, e pronto.

(Aparte antirregimental do Ver João Bosco Vaz.)

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Quando eu morrer, podem fazer. Ver. João Bosco Vaz, eu tenho até medo de morrer, porque o Nedel é capaz de sair correndo para botar o meu nome em uma rua. Como gosta de botar nome em rua este homem, como gosta! No dia em que eu morrer, pelo amor de Deus, não deixem o Nedel chegar perto! Não deixem o Nedel chegar perto, porque ele é capaz de querer botar o meu nome numa rua de imediato.

(Aparte antirregimental do Ver João Bosco Vaz.)

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Praça, rua. E mais ainda – já que estamos falando sobre o Nedel –, o Nedel tem a mania de querer mudar, agregar ainda alguns nomes de rua, botar nome num puxadinho, faz na praça, faz isso, faz aquilo.

(Aparte antirregimental do Ver Engenheiro Comassetto.)

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Pode até ser, Comassetto.

Agora quero falar um pouquinho do meu Projeto, o Projeto que estabelece, em algumas avenidas da Cidade, Ver. João Bosco Vaz.

Estou propondo uma Audiência Pública; já era para ter sido feita, mas eu cancelei.

Se tu andares na Av. Ipiranga e na Av. Diário Notícias a 60 km/h, tu és atropelado, porque vêm os outros atrás; então, tem que andar com uma velocidade maior. Há algumas avenidas em que dá para aumentar a velocidade para 70 km/h. Se hoje o Vanderlei Capellari resolver multar, multará todos, porque a maioria anda com velocidade maior do que a permitida – 70% dos motoristas andam acima de 80 km/h. Eu digo e provo, porque fiz um teste com o Comassetto, na Av. Voluntários da Pátria: lá é 40km/h, e nós andávamos a mais de 40km/h, não é verdade? Não tem como andarmos com a velocidade permitida, não tem, Ver. Dib. O Ver. Dib disse que há uma rua que comporta 70km/h aqui em Porto Alegre, só que ele não ia me dizer qual.

Ver. DJ Cassiá, quero parabenizar o PTB, que ontem fez 67 anos. Mais precisamente, 24.471 dias de aniversário. Este é o PTB! Um Partido que nos oportuniza trabalhar, fazer pela Cidade e mostrar o que é o trabalhismo. Quero dizer que estou feliz, porque participei do “bandeiraço” do PTB, com meus colegas Vereadores, lá no Partido; fizemos essa confraternização pelos 24.471 dias de vida do PTB, e, certamente, chegaremos aos 100 mil dias, ou, quem sabe, muito mais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h15min.)